

Resenha

A política da mudança climática

Anthony Giddens

Zahar Ed.

Rio de Janeiro, 2010, 314 páginas

Sobre o Paradoxo de Giddens

O “*paradoxo de Giddens*”. É o mote principal que permeia toda a trajetória discursiva no livro “*A política da mudança climática*”, de elaboração do renomado professor emérito (e ex-diretor) da London School of Economics e membro da Câmara dos Lordes do Reino Unido, Anthony Giddens. Suas credenciais estão ao mesmo nível da complexidade do tema que o autor dispõe a discorrer nesse livro, ou seja, o novo panorama institucional e político do mundo moderno frente aos questionamentos colocados pelas mudanças climáticas atuais e futuras.

Não que o tema das mudanças climáticas seja simplesmente recente ou de importância crescente a que se deve a justificativa de relevância do texto de Giddens, mas por identificar vários níveis de ações internacionais que precisam ser mais bem compreendidas para dar conta do nível político de interação demandado hoje.

A partir da apresentação realizada pelo economista, ex-diretor do BNDES, ex-presidente do IBGE e professor da PUC-Rio, Sérgio Besserman Vianna, o autor destila em seus nove capítulos de discussão como a temática ambiental tem conseguido subir degrau a degrau a escada rumo ao topo da agenda das políticas públicas mundiais. Os primeiros capítulos se constroem como uma exposição minimalista dos debates existentes sobre aquecimento global, sendo que nos três últimos capítulos a discussão se foca no nível internacional do tema.

E tal fato de reconhecimento da importância da questão ambiental hoje se deve primeiramente ao *modus operandi* da sociedade (pós?)industrial e da forma como que os grupos sociais têm interpretado suas relações diárias com a natureza e o papel do estado (p.120)¹. A noção do indivíduo e suas

¹ “Os argumentos-chave deste livro são que os países industrializados devem assumir a liderança na abordagem das mudanças climáticas e que as probabilidades de êxito dependerão muito do governo e do Estado.”

ações recorrentes para o entendimento da questão das mudanças climáticas é justamente o ponto de destaque que o autor coloca. Se, por um lado, nunca se falou tanto em gestão ambiental e seus afins, com larga abordagem por meios de comunicação do mundo todo, por outro, a coletividade humana ainda é iniciante no sentido de lidar com os desafios das ameaças de macroescala agora presentes, tais como poluição, direitos difusos, novas relações de trabalho e consumo etc.

Daí se coloca desde o início o paradoxo do autor: como os perigos do aquecimento global são invisíveis ou de atuação não imediata, a ação coletiva sobre o tema não se consolida, ao passo que, quando, de acordo com Giddens, os efeitos da degradação ambiental ocorrerem, poderá ser tarde demais para qualquer correção (p.20).

E mais, durante todo o livro permanece a questão de que a ação individual e coletiva para intervenções já neste momento, de modo a controlar o problema, esbarra no fato de que as pessoas tendem a dar ao futuro um valor tangível/intangível bem diferente do que no presente, o que pode levá-las a não praticar atos de preservação ambiental na medida em que não compreendem suas consequências. De certa forma, essa postura temporal desconectada é um ponto a que as políticas públicas terão de atentar, uma vez que “...no momento, não temos nenhuma política referente à mudança climática”. Mais ainda, como ressalta o autor, seu livro não é sobre a mudança climática, mas sobre a “política” da mudança climática (p.36) e como ela deve ser considerada e/ou consolidada.

Assim, as relações entre Sociedade Civil-Estado e, principalmente, entre Mercado-Estado alcançam outro patamar de discussão à medida que assumem novos papéis. O setor industrial, para Giddens, por exemplo, passa a considerar alternativas de produtos e serviços gerados pelas mudanças climáticas que até então foram relegadas, tais como carros de consumo muito mais reduzido, ciclo de vida de produtos diferenciados, capacidade de diminuição de resíduos. Ou seja, a política da mudança climática é uma política de inserção da sustentabilidade de forma geral, contínua e de longo prazo (p.25). Por isso o autor chama a atenção para que o Estado se assumia como um viabilizador de ações de grupos os mais distintos inicialmente, mas para se firmar como um “Estado assegurador” de resultados definidos para seus cidadãos e outros estados em transação.

Para Giddens, o Estado deve mesmo ser o ator principal a incentivar a integração entre os aspectos locais, regionais, nacionais e internacionais da política da mudança climática (p. 123), uma vez que ele é que deveria

lidar com os riscos da mudança climática e da energia e também promover intervenções no mercado para institucionalizar princípios de regulação de resíduos, investimentos e afins.

Isso significa realinhar as convergências políticas e econômicas envolvidas para a superação dos problemas relacionados com as mudanças climáticas, tendo, por um lado, a necessidade de essa política se superpor positivamente a outros valores e objetivos também políticos, e, por outro lado, a necessidade de se criarem atrativos competitivos para os que empregam inovações tecnológicas. E essa composição estrutural vai à direção também de um reconhecimento de que as nações mais pobres, por terem feito uma contribuição apenas marginal ao aquecimento global, precisam ter seu ciclo de desenvolvimento mantido mesmo com o aumento das emissões de resíduos e afins por certo período. Para Giddens, essa seria uma maneira de se tentar chegar a um equilíbrio de forças políticas e econômicas para se trabalhar a problemática da questão climática sistemicamente mais adiante.

Por todo o livro se retoma a discussão sobre a “sociedade de risco”, temática já elaborada pelo autor em outras publicações e que é fundamental para o mesmo para dar sentido ao mundo contemporâneo. Em um momento complexo de interações humanas e institucionais como a nossa, a presença do risco de catástrofes ambientais, demográficas etc., de forma generalizada, é constante, porém cada risco traz em si a essência da oportunidade. Oportunidade de se aprender e implantar novos processos de produção e distribuição, por exemplo, ou mesmo a chance de se garantir a vários atores sociais excluídos do processo de decisão o espaço para tal.

De forma a se assegurar que haja a construção e manutenção de um nível de decisão política baseada em um diálogo entre *stakeholders* diferentes, Giddens chama a atenção para quatro temas considerados centrais em seu pensamento sobre as mudanças climáticas:

1. Promover de forma constante e ativa a convergência política e econômica dos grupos sociais.
2. Trazer à tona, cotidianamente, a preocupação com as mudanças climáticas, de forma direta ou indireta, de forma a se ressaltar que o curto prazo é o sucesso do longo prazo.
3. Evitar transformar o aquecimento global em capital político simplesmente e à vontade de aplicação a partir dos grupos de interesses no poder, o que poderá gerar atritos e interrupções de programas de intervenção.

4. Criar procedimentos de avaliação de risco de longo prazo e com o maior detalhamento possível, dado o fato de que as mudanças climáticas geram consequências políticas e técnicas complexas.

O objetivo do autor ao colocar esses pontos é o de tentar fazer uma ligação entre mudanças climáticas e segurança energética, tendo como suporte as perspectivas políticas, visto que os dois tópicos não são discutidos em conjunto com recorrência na literatura. Assim, Giddens procura explicar minimamente qual o nível de alcance dos órgãos de monitoramento das mudanças climáticas, como, por exemplo, o IPCC (em inglês) – “Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática das Nações Unidas” – que, ao procurar congregar o máximo de informações sobre a temática e, apesar de ter em seus relatórios mais probabilidades do que definições, afirma que “...o aquecimento do sistema climático é inequívoco.” (p.41).

O nível alto de probabilidades demonstrado em documentações sobre a questão do clima em geral também expõe o nível das incertezas presentes e de diferentes pontos de vista. Nesse caminho de demonstrar posições, o autor não se nega a discutir a posição dos céticos sobre o nível de alteração do clima terrestre hoje, pois, segundo ele, tais posições merecem ser ouvidas minimamente, mesmo que os céticos não sejam os donos da verdade absoluta, e também estão passíveis de erros de análise metodológica. A preocupação de Giddens é que atualmente a forma como a gestão ambiental é tratada, principalmente sobre mudança climática, reflete um clima de contexto apocalíptico que mais atrapalha que ajuda no entendimento das questões. O porquê disto é que a percepção dos riscos tem relação com diversas variáveis, inclusive em termos de comunicação midiática e governamental (p.53).

Para que se entenda como esse nível de alarmismo se instalou, o autor discute a emergência de vários conceitos que tem se mostrado nas discussões, desde a economia ambiental (p.73), o princípio da precaução (p.77), a necessidade de inovação (p.124), até o nível de investimento em pesquisa e desenvolvimento para o campo industrial (p.176) e a aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), dentre outros. Ao redor dessa revisão conceitual, Giddens adiciona vários cenários políticos e estruturais existentes em vários países do mundo, principalmente naqueles já estabelecidos por seu largo desenvolvimento (Estados Unidos e a parte ocidental da Europa), assim como para os países emergentes nos últimos anos (China – p.226 e p.255, Rússia – p.68 e p.278, Brasil – p.229 e p.274). O autor destaca que tanto as políticas como as legislações que servem como suporte aos tomadores de

decisão estão mais baseadas no “*que fazer*” do que no “*como fazer*” em razão das questões demandadas pelas mudanças climáticas (p.111).

E essa incompletude gera atualmente um grande rol de incertezas sobre a real capacidade das nações em absorver o tema dentro de suas agendas e de definir claramente a arena política como, senão a única, a principal esfera para os atores resolverem seus conflitos e partirem para a ação conjunta. Mais ainda, Giddens salienta que agora a política nacional e internacional tem de sustentar novamente suas determinações baseadas em planejamento, o que havia sido negado até recentemente (p.127). Agora esse conceito é retomado para dar condições a que os países se adaptem ao novo cenário de captação, produção, distribuição e impacto dos desastres e recursos naturais (p.205)².

O que o autor vê como oportunidade nessa forçosa demanda atual é a tendência de se aumentar o nível de conhecimento sobre o grau de influência das mudanças climáticas, o que poderá acarretar políticas públicas mais flexíveis e tecnologias com *design* mais interacional com o público e a própria natureza (menos consumidores de energia e de dispêndio de resíduos). Se cada risco é em si uma oportunidade, Giddens ressalta nas 280 páginas de seu trabalho que, para se sair do primeiro ao segundo, será necessário aos governos entender que deverão recorrer a uma série de estratégias para que uma consciência de ação seja efetivada, em um mundo onde o cotidiano do desperdício de recursos naturais, ideias e atitudes é constante (p.279).

Para concluir, todos os dados levantados por Giddens fazem como que um contorno em si mesmos de modo a, propositalmente, gerar no leitor a capacidade de entender que seu livro nada mais é do que uma proposta de descrever sobre “...pesadelos, catástrofes...e sonhos” em busca das “...rotinas cotidianas que dão continuidade e substância a nossa vida”. E essa vida, como se pretendeu expor aqui, está em mudança de temperatura, atmosfera, pressão, percepção. Superar seu paradoxo é, então, nossa grande oportunidade frente ao risco.

Hildelano Delanusse Theodoro*

² “A adaptação nos reconduz à questão do planejamento, uma vez que envolve a reflexão antecipada e sistemática. Deve ser compreendida não apenas como uma busca de vulnerabilidades e seu bloqueio, mas também como uma investigação de quais tenderão a ser as consequências secundárias das estratégias de mitigação.”

*Doutorando em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte/Brasil), professor das Faculdades FEAD e INAP (Belo Horizonte/Brasil) e coordenador da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle (CBH Rio das Velhas/MG). E-mail: professorhildelano@yahoo.com.br.